



MPCDF

Fl.  
Proc.: 36.610/18  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

**PROCESSO Nº 36.610/2018**

**PARECER Nº 0753/2022 - G1P/DA**

**EMENTA:** Admissão de pessoal. Processo eletrônico. Concurso Público. SEDES/DF. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do DF, objeto do Edital n.º 01 - SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018. Conhecimento. Diligência. Cumprimento. Nova diligência. Cumprimento. Conhecimento e determinação de continuidade do acompanhamento do certame. Denúncias de candidatos. Conhecimento. Fixação de prazo para manifestação da SEDES e do IADES. Cumprimento. Procedência das denúncias, indeferimento de requerimento e deliberação e autorização de devolução do feito para continuidade do acompanhamento do certame. Cumprimento. Juntada de Expediente e de Editais. Finalização do certame. Instrução sugere o conhecimento e arquivamento do feito. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do DF.

Versam os autos sobre o exame do Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, e alterações, que tornou pública a realização do Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (Peça 1).

2. Em análise pretérita, mediante a Decisão nº 1.957/2020 (Peça 70), o Tribunal deliberou quanto ao conhecimento dos Editais juntados e quanto às Denúncias/Requerimentos apresentados por candidatos. Eis o teor:

*O Tribunal (...) decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 263/2020 – SEDES/GAB e anexos (peça 59), encaminhado pela Secretaria (...); b) do requerimento apresentado pela Comissão dos Candidatos do Concurso da SEDES/DF, cargo Técnico em Assistência Social, especialidade Agente Social (peça 58); c) dos editais que integram as peças 60 a 64; II - considerar: a) atendida a diligência objeto do item II da Decisão nº 463/2020; b) com fundamento nas Leis nºs 6.166/2018 e 6.488/2020, no que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos autos dos RE nºs 837311 e 227480-RJ e do AI nº 728699 AgR/RS, bem como o Superior Tribunal de Justiça nos autos do MS nº 19369, procedentes as denúncias apresentadas nos autos (peças 33/35, 37/38 e 42/43) em face do Edital nº 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, que divulgou concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades Agente Social e Cuidador Social, observando que cabe exclusivamente à Administração Pública, no uso de seu poder discricionário, deliberar sobre a nomeação dos candidatos ora considerados não eliminados; III - informar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF que, verificando a disponibilidade financeira e orçamentária e suas reais e prementes necessidades, o Tribunal considera regular a*



MPCDF

Fl.  
Proc.: 36.610/18  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*implementação de providências no sentido de convocar os candidatos não eliminados, consoante o que deflui das Leis n.ºs 6.166/2018 e 6.488/2020; IV - indeferir o requerimento apresentado pela Comissão dos Candidatos do Concurso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, cargo Agente Social (peça 58), por não terem sido comprovadas as irregularidades nele narradas, além do fato de o Edital n.º 11/2019-SEDES/DF, publicado no DODF de 24.7.2019, ter fixado o procedimento a ser observado e a documentação que deveria ser entregue na fase de sindicância de vida pregressa e investigação social, bem como o local e horário para tanto, além de divulgar data, horário e local da avaliação psicológica e da perícia médica; V - dar conhecimento desta decisão aos denunciante, bem como ao requerentes nominados na peça 58; VI - autorizar a devolução dos autos em exame à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE, para os devidos fins. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, IV, do RI/TCDF.*

3. A Unidade Técnica ressaltou que, após a aludida deliberação, houve a juntada aos autos do Ofício n.º 199/2020 - CLDF e Anexos (Peça 84), “mediante o qual a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF noticia possível irregularidade na manutenção de cláusula de barreira do concurso público em comento”.

4. Destacou que “o tema já foi objeto de debate nos presentes autos, sendo que esta Corte considerou regular a implementação de providências no sentido de convocar os candidatos não eliminados, nos termos dos itens II, “b”, e “III” da Decisão n.º 1.957/2020, acima transcrita, de forma que não são necessárias medidas adicionais quanto ao expediente oriundo da CLDF”. E acrescentou:

5. Dando continuidade ao acompanhamento do certame, juntamos aos autos os editais de Peças 97 a 106, relativos a fases intermediárias do concurso, bem como o Edital n.º 28/2019, publicado no DODF de 15/09/2020, que divulgou o resultado final, devidamente homologado, do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (Peça 107), nos quais não foram detectadas irregularidades.

6. Impende consignar que foi publicado no DODF de 06/05/2020 o Edital n.º 20/2019 (Peça 99), que divulgou o resultado definitivo da prova objetiva, em obediência às Decisões TCDF n.ºs 4145/2019<sup>1</sup> e 850/2020<sup>2</sup>, proferidas no Processo 24463/2019-e (já arquivado), no bojo do qual foi considerada procedente representação acerca da não utilização pela banca examinadora do ajuste proporcional estabelecido pelo art. 59 da Lei n.º 4949/2012, quando da anulação de questões de prova.

<sup>1</sup> II – ratificando a medida cautelar concedida pelo item II da Decisão n.º 3714/2019, considerar, no mérito, procedente a Representação n.º 11/2019-G1P, interposta nos autos pelo Ministério Público junto à Corte (peça 3), à luz do conjunto jurídico e probatório carreado ao feito, notadamente em face de a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, em conjunto com o Instituto Brasil de Educação-IBRAE, não terem cumprido, em todos os seus termos, as disposições do art. 59 da Lei Distrital n.º 4.949/2012 e do subitem 1.1.3 do Edital de Retificação n.º 3/2018, publicado no DODF de 19.12.2018, em clara violação aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, segurança jurídica, impessoalidade, moralidade e boa-fé objetiva, mormente em face da



MPCDF

Fl.  
Proc.: 36.610/18  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

adoção de novos critérios de correção de prova não previstos no edital normativo do concurso público para Técnico em Assistência Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, nas especialidades Agente Social e Cuidador Social; III – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, em conjunto com o Instituto Brasil de Educação-IBRAE, que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) procedam à divulgação de novo resultado preliminar da prova objetiva do concurso público para Técnico em Assistência Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (especialidades Agente Social e Cuidador Social) em fiel observância aos ditames do art. 59 da Lei Distrital n.º 4.949/2012, bem como ao subitem 1.1.3 do Edital de Retificação n.º 3/2018, publicado no DODF de 19.12.2018, com a prática dos atos daí decorrentes, relativas às etapas posteriores do certame; b) adotem a providência descrita na alínea precedente não apenas em relação ao concurso público para Técnico em Assistência Social (Agente Social e Cuidador Social), mas também aos demais concursos públicos realizados pela então SEDESTMIDH na mesma época, a saber: Técnico em Assistência Social (Técnico Administrativo), Especialista em Assistência Social – área meio (Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição) e Especialista em Assistência Social – área fim (Educador Social, Direito e Legislação, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social);

2 IV - autorizar: (...); c) a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI;

7. Por fim, cumpre informar que as admissões decorrentes do presente concurso público serão analisadas em autos próprios conforme sistemática estabelecida pela Resolução n.º 276/2014.

5. Finalizando, a par das ponderações e conclusões anteriores, sugeriu ao e. Tribunal:

***I - tomar conhecimento:***

*a) do Ofício n.º 199/2020 e anexos (Peça 84), oriundo da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF;*

*b) dos editais que integram as Peças 97 a 107, em especial do Edital n.º 28/2020, publicado no DODF de 15/09/2020, que divulgou o resultado final devidamente homologado do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, regulado pelo Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27/11/2018;*

***II - autorizar o arquivamento dos presentes autos.***

6. Expostas as considerações externadas na Instrução, cabe ressaltar que, em relação ao Edital n.º 01 - SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, e alterações, referente ao Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (Peça 1), a teor da Decisão n.º 1.957/2020 (Peça 70), o Tribunal tratou dos desdobramentos intermediários do certame, bem como de Denúncias/Requerimentos apresentados por candidatos interessados, autorizando o retorno dos autos à SEFIPE, para efeito de acompanhamento.

7. Desta feita, como bem apontou a Instrução, o tema objeto da posterior Denúncia consignada no Ofício n.º 199/2020 - CLDF e Anexos (Peça 84), inerente a “*possível irregularidade na manutenção de cláusula de barreira do concurso público em comento*”, já foi objeto de apreciação naquele **decisum**, oportunidade em que se “*considerou regular a*

B



MPCDF

Fl.  
Proc.: 36.610/18  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*implementação de providências no sentido de convocar os candidatos não eliminados, nos termos dos itens II, “b”, e “III” da Decisão n.º 1.957/2020”, não olvidando a observação no sentido de que caberia “exclusivamente à Administração Pública, no uso de seu poder discricionário, deliberar sobre a nomeação dos candidatos ora considerados não eliminados (destaque não consta), pondo termo à questão.*

8. Desta feita, tendo em conta que foram juntados os demais Editais complementares, inclusive de finalização do certame, e em consonância com o resultado de Representação tratada nos autos do Processo nº 24.463/2019-e (já arquivado), no momento, resta ao Tribunal tomar conhecimento da documentação acostada, autorizando o arquivamento do presente feito, na forma suscitada na Instrução.

9. Pelo exposto, opina este **Parquet** especializado pelo acolhimento das sugestões ofertadas.

É o parecer.

Brasília, 17 de agosto de 2022.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
Procurador